

V Encontro Nacional Sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica
23 a 25 de Julho de 2017, Brasília (DF)

**PERCEPÇÕES, REPRESENTAÇÕES E SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS NO
AMBIENTE ESCOLAR E SEU ENTORNO SOCIAL**

As Múltiplas Dimensões da Violência nas Escolas Públicas de Redenção/CE

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

Antônio Erlanilson Tavares Alves

Marciana Silva de Oliveira

Wagner Lima Barros

Julho de 2017

Introdução

Nimis Violentum est Dicere!

É exagerado dizer!

Na expressão da língua latina, o termo violentia, passou a representar a violência. Mas na contemporaneidade dos tempos, a violência adquiriu características do uso exagerado da força, do poder e de privilégios para uma efetiva dominação ao outro, sendo este: individual, grupal ou coletivo. Neste contexto, a violência se constitui na história da humanidade, e dentro de cada época específica apresentou suas múltiplas formas de manifestações.

De maneira genérica o dicionário representa o termo sociedade como: modo de vida próprio ao homem e a certos animais, caracterizado por uma associação organizada de indivíduos, tendo em vista o interesse geral: viver em sociedade. Como ressalta Herbert Spencer (2001[1877]: 191) “uma sociedade não é mais do que uma designação coletiva para um certo número de indivíduos”, cujas relações resultam em formas de interações humanas observáveis e duradoras. Uma dentre as diversas interações que ocorrem em uma sociedade, está a violência, que consiste em uma forma de agressão material praticada por um sujeito individual ou coletivo, quer na imposição do uso de força física, agressão verbal ou psicológica. A violência se caracteriza, pois, como um fenômeno social que nasce concomitantemente ao nascimento da sociedade, e se institucionaliza enquanto problema social.

A escola, enquanto instituição educacional, vem sendo alvo da manifestação da violência, seja pela forma física, verbal ou simbólica. Assim muito mais do que um problema institucional, a violência na escola se revela como um problema latente que desperta a preocupação dos órgãos de controle educacionais, do governo, da escola e da própria sociedade. Seguindo as diretrizes e bases da educação no Brasil, a escola é responsável por preparar os indivíduos para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assim, sendo a sociedade brasileira organizada sobre o princípio da ordem, a persistência da violência nas instituições escolares gera uma certa dualidade, pois ao mesmo tempo que se volta para formação plena do indivíduo na sociedade, interioriza problemas socioculturais, como a violência, que nas últimas décadas tem sido uma realidade constante e crescente.

A escola, para além de um sistema reprodutor das desigualdades na perspectiva de Bourdieu, é concebida neste trabalho, como um organismo vivo, diretamente afetado e influenciado pelas dimensões sociais, culturais e políticas do meio que a cerca. Assim sendo, o presente trabalho situa a escola como uma instituição que gera, vivencia e sofre atos violentos.

Tomando como base, Bernard Charlot, podemos considerar a manifestação da violência no âmbito escolar sobre três dimensões, as quais serviram de embasamento para a elaboração do presente trabalho. A violência “na” escola, que vem de fora da instituição e se produz dentro do espaço escolar. A violência “à” escola, que é praticada contra à natureza e às atividades da instituição escolar e se reflete na agressão verbal ou física a professores e funcionários, bem como na degradação do patrimônio escolar. A violência “da” escola, uma violência institucional, simbólica proferida pela instituição e seus agentes, como afirma, também, Pierre Bourdieu.

Considerando, ainda, as diversas manifestações da violência na escola, seja os conflitos entre alunos, professores e funcionários que, por vezes, passaram a ser tratados como objetos de apuração penal; a falta de respeito entre os sujeitos no ambiente escolar, as agressões verbais e as eventuais agressões físicas; a degradação do patrimônio da escola; as ações autoritárias dos professores, a rigidez das regras escolares e a própria tendência reprodutora da escola. Foram realizadas conversas informais e aplicação de questões relativas aos agentes de instituição escolar - funcionários, alunos e professores – de modo, a recolher suas impressões e vivências sobre a violência no interior das escolas, que aliados a discussão teórica embasada por autores como Bernard Charlot, Priotto e Boneti, Debarbieux, Alba Zaluar, Pierre Boudieu, resultaram na elaboração deste trabalho que tem como propósito discutir e apontar as múltiplas formas de violência que assolam a instituição escolar, sobretudo, as escolas de Redenção/CE. Considerando para tantos, os discursos, os sujeitos e os dados quantitativos recolhidos, este artigo embasado na observação cotidiana da violência no cotidiano escolar, busca, ainda, discutir o surgimento histórico da violência na escola, bem como refletir sobre as diversas formas que ela se manifesta.

A violência escolar constitui um fenômeno presente no sistema educacional desde o seu surgimento, contudo as atuais dimensões que tomara com a

emergência da globalização merece especial atenção. Abordar a violência nas escolas é, portanto, considerar o fato como um problema que deve ser debatido e combatido, por isso a abordagem do tema abre o caminho para a busca por resoluções do problema.

1. Uma breve história da educação e da violência

Na recente colônia portuguesa, ou seja, por volta 1549 se dá os registros oficiais desembarcavam em terras tupi-guarani os missionários de uma congregação de pouco mais de 9 anos de reconhecimento pela igreja Católica, ou seja, os jesuítas passavam a residir na colônia e a criarem os *collegii*, dentro de seus arraiais. Desta maneira o que servia de convento para os missionários também tinha função de colégios para os autóctones. Uma educação que era nutrida por um ardor missionário que para muitos se assemelhava aos primórdios do nascimento da religião cristã, onde por vezes o sangue era derramado em nome da evangelização dos povos gentios.

Podíamos descrever a epopeia dos Jesuítas do século XVI, para assim apresentar os fundamentos do sistema de educação por eles implantados em todo o crescimento territorial do domínio português. Desta forma, com o passar dos séculos as percepções sobre a escola foram sendo modificadas drasticamente, com vista a atender os anseios políticos e econômicos da sociedade.

Na linha do tempo, é neste momento que se inicia no Brasil o vazio da reforma pombalina, sendo Sebastião José de Carvalho e Melo influenciado pelas ebulições do velho mundo europeu, dentre os vários fatores se destaca a revolução francesa, bem como também orientado pelo processo de industrialização inglesa e que outros países também almejavam possuir e que no caso de Portugal deveria deixar de vez a etapa mercantil para uma etapa industrial do regime capitalista.

Para tanto, o aparato material e humano deveria ser aumentado e, ainda mais, deveria ser discriminado o nascido na colônia do nascido na metrópole, quando da distribuição dos cargos: as posições superiores deveriam ser ocupadas apenas pelos metropolitanos. As técnicas de

leitura escrita se fazem necessárias, surgindo, com isto, a instrução primária dada na escola, que antes cabia a família. (RIBEIRO, 1992)

Contudo, passando resumidamente pela história da educação no Brasil, notaremos que desde o final do século XVIII e no começo do século seguinte, há uma procura de formatação para a escola no país. A percepção da escola como um espaço de emancipação individual e coletiva dos indivíduos, permaneceu, ao mesmo tempo em que as mudanças sociais afetavam diretamente o ambiente escolar. À medida que a sociedade e a escola foram sendo modificadas, a violência se estabelecia na escola, tomando grandes proporções com o passar do tempo. Mesmo sendo uma etapa de mudanças céleres, realizar a transição quase que instantânea de um sistema colônia, agrário-comercial exportador, para o modelo industrial acabaria por resultar um violento movimento pela mudança do regime adotado pelo Brasil para republica.

As influências de ideários positivistas corroem o então governo imperial por se concentrar em atender apenas e somente os interesses da camada senhorial da época. E assim consumada o termino do império brasileiro, serão as ideias do positivismo praticados em terras brasileiras que irão ser referências para a nova conjectura da educação nacional.

Neste instante, o elemento novo na contradição fundamental da sociedade brasileira – submissão *versus* emancipação – se desenvolve em termos de reconhecer que a forma de governo republicano seria uma garantia, a exemplo do que aconteceu no início do século, quando a abertura dos portos e autonomia política desempenharam esse papel. (RIBEIRO, 1992)

Assim neste rio caudaloso de mudanças que atravessa a sociedade brasileira, a organização escolar, é infligida não só pelas substanciais deficiências constatadas da reforma pombalina como conseqüências de suas proposições e até decretos na época da reforma. E na fase de copiar os modelos dos outros o Brasil, vê na iniciativa estadunidense um modelo bastante

significativo que perdurou todo período da primeira república e que tinha na descentralização das responsabilidades entre os organismos político-administrativos (União e Estados) sua principal aceitação pelas classes dominantes incipientes no período.

A partir destes fatos históricos, podemos constatar que as mudanças no sistema educacional se apresentam como respostas aos novos desafios que a educação nacional precisou responder para atingir seus objetivos a nível educacional sob a pena de não estabelecer uma ligação entre os modelos adotados para implantação e sua efetivação na organização escolar.

Conforme salienta Charlot (2002) a violência na escola não é um fenômeno novo, ela sempre existiu, embora tenha sido mais visivelmente observada ao longo dos anos 80 e 90, período no qual um novo paradigma de sociedade é instituído sob o prisma do liberalismo, do capitalismo e da globalização.

Na verdade, historicamente a questão da violência na escola não é tão nova. Assim, no século XIX, houve, em certas escolas de 2^o Grau, algumas explosões violentas, sancionadas com prisão. Da mesma forma, as relações entre alunos eram frequentemente bastante grosseiras nos estabelecimentos de ensino profissional dos anos 50 ou 60. Todavia, se a violência na escola não é um fenômeno radicalmente novo, ela assume formas que, estas sim, são novas. (CHARLOT, 2002, p.432)

Assim, conforme salienta Priotto e Boneti (2009), a violência escolar pode ser entendida como uma construção social, que se dá em meio a interações entre sujeitos no espaço escolar, sendo estas manifestadas em atos de incivilidade, de violência física, verbal e simbólica. São múltiplas as formas como a violência se expressa no ambiente escolar, assim como também são diversas as formas usadas para se explicar os motivos pelos quais a violência adentra na escola.

Existem estudos que consideram a violência escolar analisando-a a partir de questões geográficas, como é o

caso de situações semelhantes às vivenciadas hoje, como escolas próximas de favelas com o predomínio do tráfico de drogas e do crime organizado. Outros situam a questão à fase da adolescência e às questões comportamentais dos alunos nesta faixa de idade, ressaltando-se as agressões. Outros ainda associam os pequenos delitos, como furtos dentro da escola, às características das incivildades e do processo de crescimento econômico e social. (PRIOTTO E BONETI, 2009, p.163)

A promulgação da Constituição da República do Brasil de 1988 coloca a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. O Estado, assim, se responsabiliza por garantir o acesso e permanência de jovens e crianças na escola, o que garante a democratização do acesso à educação pelas classes menos favorecidas. Neste aspecto, a Lei de Diretrizes e bases de 1996 cumpre um papel fundamental, por institui os parâmetros e princípios da educação nacional, e estabelece, principalmente, como fundamento a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Contudo, a leis que instituíram a democratização da educação, não foram o suficiente para garantir a igualdade de condições para todos os alunos, tampouco a qualidade do ensino público. A falta de promoção de políticas públicas e estruturais na educação pública, acabaram por ocasionar na precarização da escola pública.

Nesta perspectiva, Debarbieux (apud Peçanha, p.11) defende que a origem da violência no âmbito escolar é advinda do processo de democratização do acesso à escola, que passou a acolher os menos favorecidos e não esteve atrelado à qualidade e igualdade de condições, gerando assim conflitos internos que mal resolvidos levam à violência, assim sendo “a violência dos alunos apareceu como determinada pela violência simbólica” (DEBARBIEUX, 2001, p. 185). A violência escolar pode ser definida como proveniente de um conjunto de fatores e circunstâncias sociais, políticas e econômicas inerentes à escola e a própria sociedade, o que revela que a origem do problema não está dissociada dos fatores sociais que o cercam.

Bernard Charlot (2002), por sua vez, salienta que a origem da violência na escola provém de uma série relações sociais e humanas, nas quais a desestruturação familiar, as relações profissionais, a situação econômica do

aluno e seu temperamento, as degradações do espaço físico, e o desinteresse do aluno pela escola, corroboram para o surgimento de atos violentos no ambiente escolar. Assim sendo, muito mais que um objeto de reprodução social, Charlot considera a escola como um organismo vivo em constante transformação e interação com os aspectos mais comuns na sociedade. A violência na escola é entendida, pois, como um fenômeno social que afeta diretamente a escola e os sujeitos do ambiente escolar, podendo por muitas vezes ser produzido pela própria instituição. Desta forma, podemos salientar que a violência escolar se manifesta de formas múltiplas e sob os mais variados aspectos.

2. As múltiplas formas de violência na escola

A história da educação nos revela que a violência esteve presente durante todo o percurso de constituição do sistema escolar brasileiro. Segundo Hannah Arendt (apud Peçanha), a educação é um instrumento de violência, ou seja, a violência está expressa na educação e é produzida pela educação. Deste modo, podemos afirmar que a educação pensada para fins de colonização, nasce como uma vertente da violência simbólica, a qual o colonizado era submetido. Assim como, a educação voltada para a elite, do império a República, representou momentos de exclusão de uma massa pobre e livre, ou ainda, quando pensada para formar força de trabalho com fins a industrialização, o sistema subjuga o espírito criativo e transformador dos indivíduos. Se considerarmos a escola pós Constituição e pós LDB, encontramos uma escola pensada sob o prisma de uma teoria emancipadora, contudo a falta de compromisso do Estado com educação acabou por gerar problemas e conflitos estruturais, nos quais o aluno da escola pública, pobre, e com pouco capital cultural é submetido a pressões muito maiores do que o aluno da escola privada. E mais além, quando submetido às pressões do mundo globalizado, neoliberal e capitalista as desigualdades do sistema escolar se revelam cada vez mais presentes, uma vez que o cenário de competição desfavorece o aluno provindo de uma escola pública com condições precárias. Assim sendo, o aluno é submetido a uma forma de violência provinda do próprio sistema escolar, uma forma de coerção e submissão dos indivíduos aos sistemas sociais vigentes.

Segundo Bourdieu o Estado torna-se o detentor da violência simbólica legítima. Trazendo esse contexto para sala de aula, podemos observar que a mesma se torna um espaço de reprodução das relações sociais, um espaço de dominação onde as classes estão sempre se reafirmando, ou seja, as classes que consideram superiores terminam por subjugar as classes consideradas inferiores. Esse fato interfere consideravelmente nas relações de ensino-aprendizagem nos mais variados contextos.

{...} o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p.311)

Neste sentido, as mudanças do sistema educacional com via a atender as exigências políticas e econômicas da sociedade pode é considerada como um tipo de violência simbólica, bem como as imposições do sistema escolar e as ações pedagógicas, expressa no autoritarismo do professor e na rigidez de regras voltadas a manter a escola tradicional.

Para Arendt (apud Peçanha) violência e poder não podem coexistir simultaneamente, quando um se afirma o outro é imediatamente eliminado. A violência tem capacidade de destruir o poder, mas nunca de criá-lo, ou seja, uma educação pautada na violência nunca atingirá seus objetivos. O poder consegue a obediência mediante a persuasão e a autoridade prescinde ambos, ou seja, quando existe necessidade do uso da força, não há autoridade. O que se pode perceber em muitos contextos educacionais, é que o autoritarismo acaba prevalecendo e, conseqüentemente, gerando múltiplas formas de violência. Assim sendo, podemos constatar a partir das conversas informais com alunos da rede pública de ensino das escolas de Redenção/CE, que a presença autoritária do professor em sala de aula gera temor e desconforto entre os alunos. Em muitos casos, o autoritarismo do professor se confunde com autoridade, o que perpassa as barreiras do respeito e acaba gerando uma forma de violência, que na perspectiva de Charlot (2002) pode ser chamada de

“violência da escola”, conforme aponta o autor esta pode ser conceitualizada como:

{...} uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...). (CHARLOT, 2002, p. 435)

Alba Zaluar apresenta uma dupla dimensão da violência, a física, praticada por traficantes ou bandidos ou agentes do poder público, e a violência psicológica, causada pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro. De acordo com a realidade de muitas escolas, ambos os tipos de violência podem ser detectados nas mesmas. A violência das ruas acaba adentrando a escola, e parte dos “educadores” terminam por reproduzir essa violência psicológica nos educandos, inferiorizando-os e diminuindo-os.

As novas configurações da sociedade, ao longo do tempo, vêm afetando diretamente a escola. A escola, portanto, pode ser entendida como um organismo social vivo que absorve os aspectos sociais que o cerca. Neste contexto, a violência tem se tornando uma realidade no interior das escolas, como um fenômeno social, cultural e histórico. Mais além, ela tem invadido o universo escolar, tomando a escola como um espaço manifesto de suas múltiplas formas de existência, fenômeno que constitui em Charlot a “violência na escola”.

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. (CHARLOT, 2002, p. 434)

Bem mais que um problema institucional, a violência na escola se revela como um problema social, em que a ação da polícia se faz necessária para combater o problema. Neste tipo de violência, a escola se reduz a uma instituição

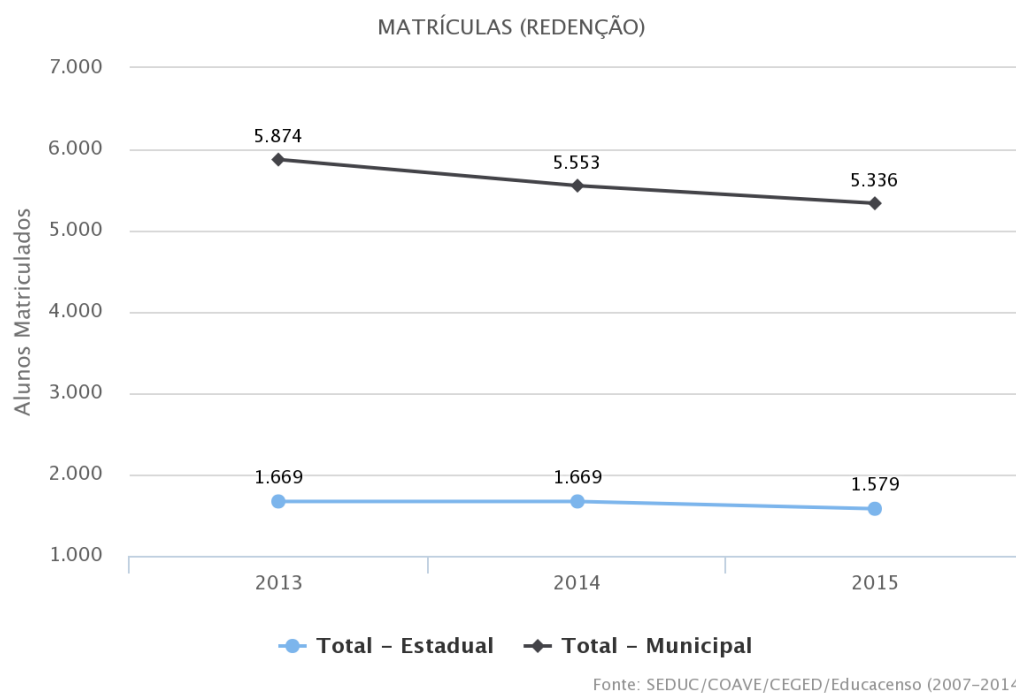
em que a violência se faz presente como um fenômeno social que atravessa os muros da escola e se interioriza como um ato presente e constante no âmbito escolar.

Concomitante a “violência na escola”, Charlot (2002) considera a existência da “violência à escola” que segundo o autor “está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam”. A realidade da “violência à escola” se tornou cada vez mais frequentemente e presente no interior das escolas. Em entrevista com uma professora do ensino fundamental de uma das escolas pesquisadas, ela nos relatou como o comportamento do aluno afeta diretamente o funcionamento da escola e das suas aulas.

A violência na escola é, neste sentido, proveniente de aspectos estruturais, políticos, sociais e econômicos, nos quais os sujeitos que compõe a escola - alunos, professores, coordenadores, pais – além de serem diretamente afetados pela violência, geram e reproduzem violência no espaço escolar.

3. As escolas públicas de Redenção

No último censo do IBGE de 2010 aponta que o município possuía uma população de 26.415 habitantes estes distribuídos em suas zonas urbanas e rurais. Possuía no ano de 2015 segundo a secretaria de Educação do Ceará um total de 39 escolas públicas: sendo 4 estaduais e 35 municipais. Dessa maneira obteremos os seguintes resultados estatísticos sobre os números do contingente de indivíduos que estão diretamente infligidos pelas ações da violência escolar. E assim o gráfico a seguir notaremos suas características no período de 2013 até 2015.



Será neste meio estudantil que poderemos ter às constatações do clima de violência física, mas, principalmente, psicológica.

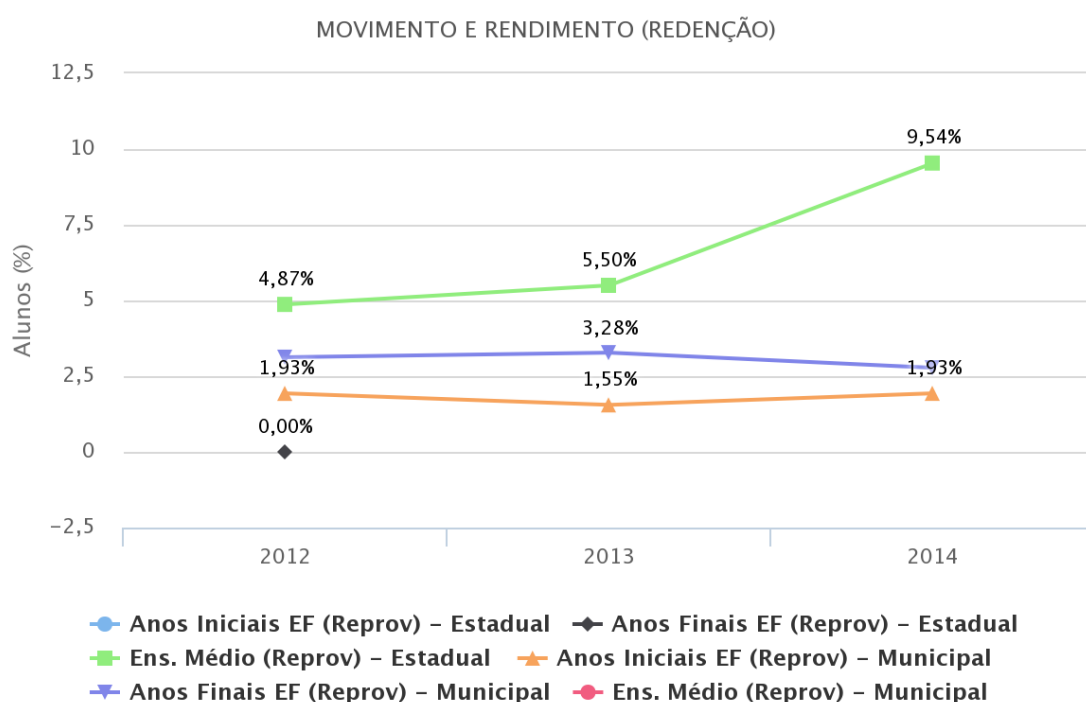
A violência dos estudantes se manifesta por meio de situações como: vandalismo, pichações na parede, xingamentos e agressões físicas a professores, indisciplinas no recreio e roubos no ambiente escolar. (ASSIS e MARIEL, 2015)

No meio cultural das escolas, as muitas conversas entre os alunos, naturalizou-se na maioria das opiniões, que aqueles palavrões pronunciados abertamente entre os mesmos, não são considerados violência verbal. Algo que se replicaria no ambiente familiar e doméstico dos alunos. Que se tornaria um catalizador dos efeitos nocivos que por vezes passa-se despercebidos pelos seus agentes escolares como também para os alunos, assim se tornando mais evidente o seguinte exceto:

Toda cultura tende a adotar como certos, alguns comportamentos e práticas e a rechaçar outras. A violência cultural se apresenta também na forma de discriminação e

preconceitos que se transformam em verdadeiros mitos, prejudicando, oprimindo ou às vezes até eliminando os diferentes. (ASSIS e MARIEL, 2015)

As Consequências desta reprodução cultural se apresentam de n-maneyras, porem para muitos deles a reprovaçãõ escolar é o efeito mais crítico da vida acadêmica que o estudante sofrerá pois deverá rever todos os conteúdos, por vezes até apreendidos.



Considerações Finais

A violência na escola, e suas múltiplas formas de manifestação, são provenientes de uma série de questões sociais, culturais, políticas e econômicas, como retratado ao longo deste ensaio. A resolução do problema requer, portanto, o esforço constante do Estado, da escola, da família e do aluno.

Ao Estado cabe a missão de elaborar políticas públicas educacionais que visem a redemocratização da educação, de forma a garantir uma escola que respeite as diversidades socioculturais e que, acima de tudo, seja encarada como uma política de Estado e não somente como uma meta de governo, de origem político-partidária ou econômica.

A escola fica a responsabilidade de adaptar-se a realidade do aluno e de se fazer interessante para o aluno, por meio de um esforço contínuo entre professores, diretores e coordenadores, o que na prática requer o apoio do Estado e uma série de políticas de valorização do professor, do aluno e da própria escola, bem como o uso de recursos materiais e humanos, dos quais a escola não dispõe.

A família deve estar mais presente na vida escolar dos alunos, de modo a pensar – conjuntamente com os professores, diretores e coordenadores – os parâmetros da escola ideal, e de acompanhar de perto o progresso ou regresso dos estudantes, os quais são responsáveis.

Ao aluno cabe o dever da prática do respeito ao espaço e a comunidade escolar em geral, e, ainda, a responsabilidade de se apropriar daquilo que a escola o oferece, de maneira a fazer com que ela lhe tenha sentido e faça sentido.

A erradicação do problema da violência na escola só será capaz, portanto, do ponto de vista da sociologia da educação, por meio da colaboração dos agentes que circundam o ambiente escolar e da elaboração de uma política educacional eficiente capaz de construir uma escola apta a lidar com o problema da violência em seu espaço e de romper com os modelos de reprodução vigentes.

Referências

ASSIS, Simone Gonçalves de; MARRIEL, Nelson de Souza Motta. **Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2010. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-03.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15ª Ed. – Rio de Janeiro, Editora: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 275 p. [1]f. dobrada ISBN 9788532636515 (broch.).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias [online]**. 2002, n.8, pp.432-443. ISSN 1517-4522. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222002000200016>

DEBARBIEUX, Eric. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p. 163-193, jan./jun. 2001

PAIVA, Ana. **Pensamento Sociológico: Uma Introdução às Teorias Clássicas**. 2014, Lisboa, Editora Pactor.

PEÇANHA, Autora–Ingride Silva Barbosa. **REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA ESCOLAR**. Disponível em <http://www.ufjf.br/graduacaocienciasociais/files/2010/11/REFLEX%C3%95ES->

ACERCA-DA-VIOL% C3% 8ANCIA-ESCOLAR-Ingrid-Silva-Barbosa-
Pe% C3% A7anha.pdf .

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da
escola e contra a escola. **Rev Dialogo Educ [Internet]**, p. 161-79, 2009.

**RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Historia da Educação Brasileira a organização
escolar. 12. ed. Cortez: Autores Associados, 1992**